

Credor tem quase pronto

Joámar Gonçalves

Dívida Externa

11/5/88, QUARTA-FEIRA • 5

um pacote para o Brasil

Washington — O presidente do comitê de bancos comerciais credores do Brasil, William Rhodes, disse ontem que a comunidade financeira tem quase pronto um pacote de medidas para reestruturar a dívida externa brasileira que seria o maior da história dos países endividados. A afirmação foi feita durante uma conferência de Rhodes em Washington para os executivos de corporações, organizada pelo Departamento de Estado norte-americano.

De acordo com Rhodes, o Governo brasileiro e os credores chegaram a um acordo preliminar sobre quase todos os elementos principais do pacote. O presidente do comitê de bancos disse que, quando as medidas estiverem prontas, elas levarão o Brasil «a estar completamente em dia com seus pagamentos de juros aos bancos comerciais». Para ele, tal fato constituiria um «marco», encerrando a moratória que o País declarou em fevereiro do ano passado.

O acordo

O pacote, segundo Rhodes, compreende as seguintes medidas:

Facilidade em fornecimento de dinheiro novo para o Brasil, incluindo, 5,2 bilhões de dólares para cobrir as necessidades brasileiras de financiamento externo para 1987, 1988 e a primeira metade de 1989.

- Facilidade comercial a longo prazo, conversões da dívida em capital de risco, reempréstimos, bônus de dinheiro novo e bônus de saída. Este grupo de medidas faria parte de um «menu» de opções estudado pelo Governo e pelos bancos. No caso dos bônus de saída, haveria um reforço significativo em relação aos oferecidos pelos credores em outros pacotes recentes.

- Uma participação do Banco Mundial significativa, a maior de

qualquer pacote financeiro desde o negociado com o México em 1986. Esta participação se dará tanto através de um co-financiamento substancial como de um financiamento paralelo.

- Reestruturação plurianual cobrindo cerca de 62 bilhões de dólares, a maior da história, referente à dívida de médio e longo prazo de maturação em oito anos. Essa dívida será reescalonada por 20 anos, com os pagamentos do principal iniciando em 1995.

- A taxa de juros, tanto para o dinheiro novo como para a dívida reescalonada, será de 13/16 de um por cento (0,8125%) acima da taxa interbancária de Londres, a Libor. Haverá ainda um prêmio pela participação prévia no pacote, de 3/8 de um por cento (0,375%).

Troca

Rhodes indicou que não há previsões para uma troca imediata «dívida por dívida», do tipo que se usou em outros casos para reduzir o montante dos compromissos. Um exemplo desse caso foi o acordo feito com o México, que trocou parte de sua dívida por bônus de garantia do Tesouro norte-americano e descontos no mercado secundário. O presidente do comitê, contudo, disse haver planos para realizar tal troca após a conclusão do atual pacote de refinanciamento.

O Banco Mundial ainda não tomou uma decisão sobre se oferecerá garantias para parte do pacote financeiro dos bancos privados para o Brasil e que a tendência é a de não outorgá-las. Os bancos credores, em particular os japoneses, haviam exigido essa garantia para que se concedesse parte do dinheiro novo.

William Rhodes assinalou que uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) deverá chegar esta semana em Brasília

para iniciar conversações sobre um empréstimo de emergência.

Durante uma recente visita feita a Washington, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, indicou que o diretor-geral do FMI, Michel Camdessus, enviaria um telex aos bancos enquanto a missão negociadora do organismo estivesse no Brasil.

Sinal verde

Tal disposição do FMI é em geral interpretada como um «sinal verde» para que os bancos comerciais decidam fechar o pacote para países endividados. O Brasil vinha se negando a aceitar um vínculo formal entre os acordos entre o FMI e os credores, que no final das contas acabará existindo expressamente no telex de Camdessus.

Rhodes afirmou que o Brasil «tem sido o foco da crise da dívida» desde a declaração da moratória, quando suspendeu pagamentos da dívida externa a bancos particulares que chegavam a 70 bilhões de dólares. O débito brasileiro, atualmente, já passa de 120 bilhões de dólares.

«Supõe-se que outras nações notaram como se encaminhava o Brasil. Agora, creio, as lições são claras», disse o presidente do comitê de credores. Rhodes disse que, segundo alguns economistas, a moratória custou ao Brasil de um a dois bilhões de dólares.

Além disso, o cancelamento dos créditos de curto prazo, os maiores custos para os que se seguiram, a perda de novos fundos de bancos multilaterais de desenvolvimento e agências oficiais de créditos de exportação, o menor retorno sobre reservas transferindo-as para o banco de ajustes internacionais em Brasília e a saída de capitais do País foram outros fatores que, segundo Rhodes, ensinaram ao Brasil que não se deve declarar moratória.